

# Jorge Moreira da Silva:

## "Temos de apoiar Quioto mesmo sem os Estados Unidos"



**Jorge Moreira da Silva**, Relator do Parlamento Europeu para as Alterações Climáticas e Chefe da Delegação do PE às Conferências das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, considerou que *"a decisão grave e lamentável por parte dos Estados Unidos de denúncia e rejeição do Protocolo de Quioto deve ser lida com muita apreensão, tanto mais que os Estados Unidos são responsáveis por 25% de todas as emissões de gases com efeito de estufa"*.

O Deputado português afirmou que *"não podemos vacilar ou hesitar quanto à necessidade de aplicar o Protocolo de Quioto, com ou sem os Estados Unidos"*.

texto nas págs. 4 e 5

### Na primeira linha

Quando a Administração de George Bush decidiu não respeitar os compromissos que os Estados Unidos tinham assumido em **Quioto**, o mundo explodiu em protesto.

Muitas vezes nestas questões, Portugal dá provas da sua periferidade. Não foi assim no Parlamento Europeu.

Na **primeira linha** do debate esteve um português, do PSD: **Jorge Moreira da Silva**, o Relator do PE para as alterações climáticas e Chefe da Delegação à Conferência das Nações Unidas.

A **excelente Resolução que o Parlamento Europeu aprovou** (e que *Carta da Europa* não publica apenas devido à sua extensão) teve o Deputado português como primeiro subscritor.

Na Comissão do Ambiente, no Plenário, junto da Comissão Europeia e da presidência do Conselho, Jorge Moreira da Silva **marcou posição** e foi **claro na crítica** à Administração americana e na afirmação de que **Quioto deve ser prosseguido com ou sem os EUA**.

Mas o mais importante foi o **Plano de Estratégia** que propôs ao Conselho e à Comissão e que *Carta da Europa* divulga nas páginas centrais. Foi apresentado às instituições europeias e divulgado em Lisboa numa Conferência de Imprensa que, infelizmente, não mereceu grande atenção da comunicação social portuguesa. Mas já nos vamos habituando que as questões europeias, e sobretudo o Parlamento Europeu, estão longe de constarem da **primeira linha** das atenções dos nossos *media*.

*Carlos Miguel Coelho*

### Urgência para nova ponte de Entre-os-Rios

Iniciativa de Regina Bastos pág. 3

### O combate à febre aftosa

Intervenção de Arlindo Cunha pág. 3

### Prepara-se o Orçamento de 2002

Intervenção de Carlos Costa Neves pág. 6

### Medalha Schuman para viúva de Sakharov

atribuída pelo PPE pág. 8

# Mais rigor no financiamento dos Partidos Europeus

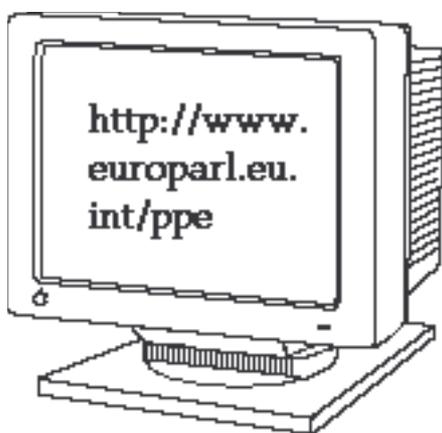


O Deputado do PSD **Carlos Costa Neves** é o autor do parecer da Comissão dos Orçamentos relativo à proposta de **Regulamento sobre o estatuto e financiamento dos partidos políticos europeus**.

Para Carlos Costa Neves, *“esta proposta de Regulamento da Comissão Europeia pretende ser uma base legal para o financiamento dos partidos políticos europeus, na sequência da decisão do Conselho Europeu de Nice e atendendo a que o seu financiamento através dos grupos políticos do Parlamento Europeu foi recentemente posto em causa por um relatório do Tribunal de Contas”*.

Na proposta da Comissão Europeia prevê-se que, para se candidatarem ao financiamento comunitário, os partidos políticos europeus ou as suas componentes nacionais tenham membros eleitos para o Parlamento Europeu, para os parlamentos nacionais ou regionais em pelo menos cinco Estados-Membros, ou que nas últimas eleições europeias tenham obtido pelo menos 5% dos votos em pelo menos cinco Estados-Membros.

A Comissão Europeia propõe ainda que as contas dos partidos europeus sejam objecto de uma auditoria externa e que o subsídio comunitário não exceda 75% do orçamento de cada partido.



Pode ver a **Carta da Europa** na Net no site do PPE

Na proposta de parecer da Comissão dos Orçamentos, elaborada por Carlos Costa Neves, Relator-Geral do Parlamento Europeu para o Orçamento da União para o próximo ano, são propostas **quatro emendas** ao Regulamento.

Costa Neves propõe que, aquando da publicação das contas anuais dos partidos políticos europeus, **sejam especificados os donativos recebidos e o nome dos doadores**. Costa Neves propõe que sejam **proibidas contribuições para os partidos políticos europeus de empresas públicas ou de capitais maioritariamente públicos**.

O Deputado português defende também que a **certificação das contas dos partidos por uma auditoria externa deva ser transmitida ao Parlamento Europeu e ao Tribunal de Contas no prazo de seis meses** após o final do ano financeiro respectivo e que, caso sejam detectadas irregularidades pelo Tribunal de Contas, **os partidos procedam à devolução das contribuições indevidamente recebidas**.

## Pacheco Pereira no País Basco



O Deputado do PSD e Vice-Presidente do Parlamento Europeu, José Pacheco Pereira, participou, a convite do Partido Popular espanhol, e de outras instituições cívicas, na campanha eleitoral, para as eleições regionais, no País Basco.

Pacheco Pereira foi orador num comício em Bilbao e noutras iniciativas que decorreram na semana de 22 a 29 de Abril. Numa declaração que fez aos seus companheiros deputados espanhóis, ofereceu-se *“para participar nesta campanha regional, mesmo nos locais mais difíceis”*, mostrando assim a sua *“solidariedade com o povo basco na luta contra o terrorismo da ETA”*.

José Pacheco Pereira valorizou o facto de ser *“importante para um português manifestar essa solidariedade na semana em que se comemora o 25 de Abril, num combate comum contra o medo, contra a violência política e pela liberdade”*.

## PSD pede urgência para nova ponte de Entre-os-Rios

A Deputada do PSD no Parlamento Europeu **Regina Bastos**, perguntou à Comissão Europeia se está *“disposta, em colaboração com as Autoridades Portuguesas competentes, a encontrar procedimentos simplificados de financiamento e lançamento do concurso para a construção da nova Ponte de Entre-os-Rios que permitam corresponder ao seu carácter de urgência”*.

Utilizando a figura regimental da **pergunta escrita prioritária**, Regina Bastos recorda que *“no passado dia 04 de Março, ocorreu um trágico acidente numa ponte sobre o Rio Douro, em Portugal, ‘Ponte Hintze Ribeiro’, que provocou a morte a 53 pessoas que viajavam num autocarro de turismo e em três viaturas ligeiras”*.

Regina Bastos sublinha que *“para além do drama humano, tal acidente tem repercussões sociais e económicas de enorme gravidade, que a referida ponte constituía a única via de comunicação capaz de atenuar o isolamento e assegurar a mobilidade da população de Castelo de Paiva aos concelhos vizinhos da outra margem do rio e que após o acidente, Castelo*

*de Paiva passou a ser um concelho ainda mais isolado, vendo-se a sua população agora obrigada a fazer viagens de mais de duas horas para percorrer 70/80 Km, por estradas sinuosas e em mau estado, para aceder a cuidados hospitalares, para frequentar estabelecimentos de ensino, para chegar aos seus empregos no distrito do Porto, etc”*.



Referindo que *“o Governo Português anunciou que no corrente mês de Abril lançaria a concurso a construção da nova Ponte sobre o Rio Douro, que tal obra está orçada em mais de 17,5 milhões de Euros e será financiada pelo III Quadro Comunitário de Apoio e que para o efeito terá que ser aberto um Concurso Internacional que estará sujeito a regras nacionais e comunitárias”*, Regina Bastos acrescenta que *“as fundações da nova Ponte terão que ser efectuadas com a máxima urgência, ou seja, durante o Verão de 2001, sob pena de um adiamento para Maio/Junho de 2002, devido ao caudal do Rio Douro não permitir a sua construção no Inverno”*.

## Falta de estratégia no combate à febre aftosa

O Deputado do PSD Arlindo Cunha, afirmou que *“custa a entender as dificuldades da União Europeia em definir e assumir uma estratégia de combate à doença”*.

*A começar pelo Comité Veterinário que só sob pressão política dos Países mais afectados e da opinião pública é que decide autorizar três deles a utilizar a vacinação. A continuar no Conselho de Ministros de Agricultura, parecendo que os Ministros estão mais preocupados com o prejuízo que algumas medidas de combate à doença possam causar no comércio externo de alguns Estados Membros, do que em tomar decisões que levem ao controle da situação. E a terminar no Conselho Europeu de Estocolmo, que passou ao lado da crise como gato por brasas, insistindo em remeter os custos da crise para o quadro financeiro definido em Berlim em 1999, o que constitui um inacreditável caso de autismo político”*.

O Deputado português, que participou no debate no Plenário do Parlamento Europeu sobre a febre aftosa, defende que *“é hoje visível a dificuldade de alguns países em mobilizar meios de combate às doenças animais, como aconteceu no Reino Unido.*

*Isto porque muitos Estados Membros entenderam que a redução do défice orçamental devia começar pelo quadro técnico dos veterinários e outros técnicos de sanidade animal. Quero lembrar que no meu próprio país se tem assistido a um inacreditável relaxamento da política sanitária, com atrasos de pagamentos inconcebíveis aos Agrupamentos de Defesa Sanitária co-financiados no quadro do Programa Operacional para a Agricultura.*

*E deverá acrescentar-se que a Comissão Europeia nunca apresentou nenhuma proposta de maior comunitarização da política sanitária (que continua essencialmente na esfera de poderes dos Estados Membros), nem o Conselho Agricultura pressionou nesse sentido”*.

Arlindo Cunha defende que *“a vacinação preventiva selectiva ou a vacinação em cordão sanitário parecem afigurarem-se como alternativas que deveriam ser autorizadas em todos os Estados Membros, sem o que se corre o risco de se perder o controlo na eclosão de uma crise de maiores proporções, ou delapidar-se património genético insubstituível como é o caso de determinadas raças autóctones”*.

Jorge Moreira da Silva criticou severamente a decisão americana de rejeição do Protocolo de Quioto mas considerou que “*não podemos vacilar ou hesitar quanto à necessidade de aplicar o Protocolo de Kyoto, com ou sem os Estados Unidos. É urgente travar as Alterações Climáticas e o Protocolo de Kyoto (e não um outro tipo de acordo) é o instrumento político mais correcto para cumprir este objectivo*”.

Em Conferência de Imprensa realizada em Lisboa, o Deputado português defendeu que cabe à Europa liderar este processo e **propôs uma estratégia**:



## CREDIBILIZAÇÃO DA POSIÇÃO INTERNACIONAL DA UNIÃO EUROPEIA

A UE comprometeu-se em **Quioto a reduzir em 8%**, entre 2008 e 2012, as emissões de **gases com efeito de estufa (GEE)**, relativamente aos níveis de 1990. No entanto, segundo recente relatório da Agência Europeia do Ambiente (EEA), **é mais provável que venha a ocorrer um aumento de 6%** das emissões de GEE na UE entre 1990 e 2010.

A situação mais grave verifica-se no sector dos **transportes** (que representa 22% do total de emissões de CO<sub>2</sub> na UE) para o qual se prevê um aumento em 39% das emissões de CO<sub>2</sub>, na UE, em 2010 em relação a 1990.

Esta evolução muito negativa dos níveis de emissão de GEE na maioria dos Estados-Membros, contrariando o que foi acordado em Quioto, tem vindo a descredibilizar a posição da UE no plano internacional. A União Europeia não pode prescindir de, antes da COP6bis, dar sinais evidentes de querer corrigir o seu mau desempenho interno.

Assim, propõe-se,



**1) Ratificação do Protocolo de Quioto, por parte da U.E., até ao fim de 2001;**

A União Europeia assumiu que ratificaria o Protocolo de Quioto em 2001, de forma a que este pudesse ser adoptado em 2002.

Solicita-se, pois, à Comissão Europeia a **apresentação urgente** do instrumento de ratificação do Protocolo de Quioto de forma a que, ao abrigo do nº3 do art 300º do Tratado da Comunidade Europeia, esta ratificação possa ser feita pelos Parlamntos nacionais e pelo Parlamento Europeu ainda no corrente ano.



**2) Apresentação dos Planos Nacionais de Redução dos gases com efeito de estufa, até Julho de 2001 e respectiva aprovação nos Parlamntos nacionais até ao fim de 2001;**

Estes planos definirão, para todos os sectores económicos, quais as políticas e medidas destinadas a reduzir as emissões, assim como os respectivos compromissos quantificados e calendários de implementação.



**3) Apresentação da Directiva sobre a implementação do Sistema Europeu de Comércio de Emissões, até ao fim de 2001;**

Em Março de 2000, a Comissão Europeia lançou, através de um **Livro Verde**, o debate sobre a arquitectura de um futuro **sistema de Comércio de Emissões** na U.E.. Para o arranque do sistema, a Comissão definiu um núcleo-duro de premissas: o sistema deverá basear-se numa abordagem *learning by doing*; deverá ter início em 2005; será limitado numa primeira fase ao CO<sub>2</sub> e às fontes pontuais de grande dimensão.

Este sistema piloto permitirá uma aprendizagem prática e uma preparação económica dos sectores, das empresas e dos próprios Estados-membros para o arranque, em 2008, do comércio de emissões a nível internacional.

São evidentes as vantagens, para todas as empresas seleccionadas, de um conhecimento tão antecipado quanto possível dos contornos deste sistema-piloto. Por essa razão **solicita-se**, à Comissão Europeia, a **apresentação** (ainda durante 2001) da **Directiva-quadro** (em vez do Livro Branco que estava previsto) que regule este sistema.



**4) Apresentação (em 2001), no âmbito do Programa Europeu para as Alterações Climáticas, de um conjunto de directivas, blindadas, sobre políticas e medidas de redução de GEE nos sectores da indústria, energia,**

**serviços, agricultura e, principalmente, no sector dos transportes - aquele onde as emissões estão a crescer mais rapidamente;**

Face ao empenho manifestado pela Comissão no Livro Verde sobre o comércio de direitos de emissão na U.E., a **Comunicação** (apresentada em simultâneo com o referido Livro Verde) **sobre Políticas e Medidas**, que lança as bases para o Programa Europeu para as Alterações Climáticas, **foi uma decepção.**

Assim, **é urgente a apresentação de um conjunto de Directivas sobre Políticas e Medidas** que defina, estrategicamente, por sector económico e por cada política ou medida proposta, o grau de importância, o custo de implementação, a contribuição quantificada para o compromisso de redução de GEE, o calendário de implementação, as metas intermédias e os instrumentos de coordenação;



## CONCRETIZAÇÃO DE UM ACORDO GLOBAL

Para que o Protocolo entre em vigor é preciso superar dois obstáculos:

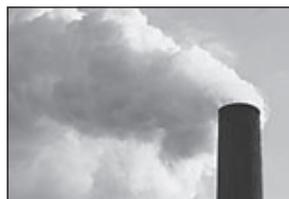
Em **primeiro lugar é preciso chegar a acordo sobre a sua redacção final.** Esta operação, mal sucedida em Haia, terá de ser concluída na COP6bis, a ter lugar no fim de Julho, em Bona. Em cima da mesa estarão 5 grandes divergências: o equilíbrio a estabelecer entre a acção doméstica e os mecanismos flexíveis (como o comércio de emissões); a existência de um lista positiva, no âmbito dos projectos a integrar o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que não inclua a energia nuclear; o recurso, mais ou menos restritivo, a sumidouros de dióxido de carbono; o estabelecimento de linhas de financiamento dos Países em Vias de Desenvolvimento; a definição de instrumentos de fiscalização e cumprimento do Protocolo.

O **segundo obstáculo** a superar, é o da necessidade de o **Protocolo ser ratificado por 55 dos 84 signatários** dos países industrializados, desde que as suas emissões representem pelo menos 55% do total de emissões de dióxido de carbono. Obviamente, **a não participação dos Estados Unidos** (responsáveis por 25% das emissões planetárias) **torna muito mais difícil este objectivo.** Assim, com vista ao êxito da

COP6bis e à aplicação do Protocolo até à realização da Conferência RIO+10, em 2002, impõe-se dar:



**5) Prioridade à negociação**, ainda antes da COP6bis, das regras de aplicação do Protocolo de Quioto **com a Rússia, o Japão, a Austrália, o Canadá e os Países da Europa Central e de Leste**, de forma a alcançar um acordo que possa ser ratificado por mais de 55 de Partes, correspondentes a mais de 55% de emissões (limite mínimo para a entrada em vigor do Protocolo de Quioto).



## INTEGRAÇÃO DAS CONSIDERAÇÕES AMBIENTAIS NAS REGRAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A entrada em vigor do Protocolo de Quioto traduzir-se-á, naturalmente, pela internalização dos custos da redução de gases com efeito de estufa no custo total dos produtos produzidos e comercializados pelas empresas sediadas nos Estados que tenham assumido compromissos de redução. Logo, a não participação dos Estados Unidos no Protocolo de Quioto **proporcionará, ilegitimamente, vantagens competitivas dos seus produtos**, nomeadamente os energéticos, em relação aos produtos europeus. Estamos por isso face a uma situação em que o infractor se prepara para sair beneficiado. Para o evitar, é preciso encontrar uma base legal que permita accionar as regras do *"comércio justo"*, que o Anexo 1 ("Comércio e Ambiente") da declaração fundadora da **Organização Mundial do Comércio (OMC)** estipula. Assim, solicita-se à Comissão Europeia:



**6) Elaboração de um estudo económico sobre as vantagens competitivas que, ilegitimamente, os produtos americanos, nomeadamente os energéticos, obterão, relativamente aos produtos europeus, decorrente da não aplicação do Protocolo de Quioto da parte da União Europeia;**



**7) Elaboração de uma base legal que determine a forma de eliminar, no âmbito das instituições supra-nacionais, e em particular da Organização Mundial do Comércio e da Parceria Económica Transatlântica, essas vantagens ilegítimas.**

# Costa Neves prepara Orçamento 2002

O Parlamento Europeu aprovou o **Relatório Costa Neves** sobre as “linhas orientadoras” para o Orçamento de 2002.

Na sua intervenção no debate, Carlos Costa Neves, Relator-Geral do Orçamento, defendeu que as linhas orientadoras deveriam ser “claras e concisas para que possam guiar, com eficácia, a avaliação da proposta de Orçamento para 2002, esperando-se que traduzam o que, neste momento, mais importa aos cidadãos. Envolver mais os cidadãos, nas questões europeias pressupõe muita informação, total transparência, amplos espaços de participação e de afirmação de iniciativa e de responsabilidade.

O Orçamento da União Europeia pode e deve contribuir para a realização destes objectivos essenciais e o Parlamento Europeu tem de ser o espaço, por excelência, de defesa do interesse dos cidadãos, de representação da respectiva vontade política de afirmação democrática”.

Sobre o problema da segurança alimentar, Costa Neves afirmou que “a BSE e a febre aftosa confrontam-nos com muitas interrogações. Urge a

## Linhas Orientadoras

- **Segurança alimentar**, restabelecimento da confiança dos consumidores, associadas ao prosseguimento da Reforma da Política Agrícola Comum;
- Reforço do **rigor**, da eficácia e da transparência na execução do Orçamento;
- Eficácia na execução da **acção externa** da União Europeia, em coerência com objectivos previamente definidos;
- Criação de um genuíno **Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça**, tal como definido, em 1999, pelo Conselho Europeu em Tampere;
- Determinação na realização dos objectivos definidos no Conselho Europeu de Lisboa, nomeadamente quanto ao contributo efectivo para “**mais e melhores empregos e maior coesão social**”;
- Destaque para o princípio da **coesão económica e social** que, tal como consagrado no Tratado, deve inspirar todas as políticas da União Europeia, antes, durante e depois do Alargamento.

entrada em funcionamento da ‘**Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar**’ que precisa de real capacidade de actuação. Em simultâneo, espera-se sempre muito do ‘Gabinete de Inspecção Veterinária’.



Aguardam-se deci-sões. À luz da situação actual, associada às perspectivas de alargamento e de nova ronda de negociações da Organização Mundial de Comércio, há que reorientar o sistema de produção agrícola”.

Costa Neves sublinhou que, “entretanto, é preciso ter consciência das dificuldades dramáticas de tantos agricultores e tirar consequências da constatação dos factos. O Parlamento Europeu deve saber tudo sobre tudo, o que não é conciliável com a incapacidade de decisão que, por agora, o caracteriza quanto à maior parte da despesa no domínio da Política Agrícola, o que, desde logo, é profundamente anti-democrático.

**Queremos co-decisão em matéria de Política Agrícola** e consideramos que a distinção entre ‘despesas obrigatórias’ e ‘despesas não obrigatórias’ retira do nosso controle parte significativa da despesa da União Europeia”.

Para Costa Neves, esperam-se também “as necessárias medidas legislativas e administrativas, traduzidas nas consequentes dotações orçamentais, visando a **realização de uma efectiva Política de Asilo e Migração** e dá-se nota de profunda preocupação com a imigração clandestina.

O tráfico de seres humanos é uma realidade que não se pode ignorar, a exclusão social de milhões de clandestinos é real, o desespero que suscita é digno da maior atenção e de respostas multidisciplinares”.

Costa Neves entende que a Europa precisa “de cidadãos preparados para viver e trabalhar na sociedade da informação e do conhecimento. Não bastam lindas declarações de princípio em Conselhos Europeus.

A União Europeia deve assumir um papel decisivo neste domínio. A iniciativa ‘E-Learning’, sendo essencial, tem de ser ambiciosa.

Da ‘Acção Preparatória’, lançada este ano, tem de se passar à aprovação da base jurídica que garanta o lugar de destaque que este domínio tem de ocupar na acção da União Europeia”.



## Carlos Coelho apoia Rede Judicial Europeia

O Deputado Carlos Coelho apoiou “a extensão aos domínios civil e comercial da experiência que temos vindo a construir através da rede judiciária em matéria penal”.

Carlos Coelho insistiu “na importância da cooperação e da troca de informação entre as autoridades judiciárias dos Estados-Membros no âmbito do objectivo da criação do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça”.

O Relatório da Comissão de Liberdades Públicas comporta sugestões de melhoria que são acertadas designadamente na cooperação entre esta nova rede e a rede - já existente - em matéria penal, na participação dos países candidatos à adesão à União Europeia, na desejável e necessária transparência no funcionamento da rede e sobretudo na melhoria da informação aos cidadãos”.

Carlos Coelho sublinhou “que o objectivo final é assegurar que os cidadãos europeus possam recorrer aos tribunais e às autoridades de qualquer estado Membro tão facilmente como o fariam no seu próprio país. E para este objectivo é importante também que exista um sistema de informação destinado ao público, capaz de informar os cidadãos sobre os seus direitos designadamente em matérias de natureza transfronteiriça”.



## Sérgio Marques: apoio à Venezuela não chegou

O Deputado Sérgio Marques dirigiu uma pergunta à Comissão Europeia, na qual interroga esta instituição sobre “as razões que explicam que passados mais de 15 meses sobre a calamidade de VARGAS ainda nem um simples euro se tenha gasto no apoio à reconstrução e prevenção de catástrofes”.

Sérgio Marques quer ainda saber para quando “o início do apoio, quais as áreas consideradas prioritárias, que projectos serão financiados e que formas de coordenação da ajuda internacional têm sido implementadas”.

Uma delegação ad hoc do Parlamento Europeu, da qual Sérgio Marques fez parte, deslocou-se em Fevereiro de 2000 às zonas mais afectadas pela tragédia, “constatando ‘in loco’ não só a enorme dimensão da tragédia, como a importância dos apoios da U.E. para a prestação da assistência humanitária às populações afectadas assim como para o esforço de reconstrução das áreas atingidas. No seguimento desta visita o Parlamento aprovou uma Resolução sobre a reconstrução e reabilitação

das zonas afectadas pelas inundações propondo para este efeito uma ajuda financeira de 100 milhões de Euros.

No seguimento desta Resolução do P.E. e apurados os contributos das várias linhas orçamentais (Acções de Reabilitação e Reconstrução a favor dos Países da América Latina; Cooperação Técnica e Financeira com Países em Desenvolvimento da América Latina) a União Europeia disponibilizou um montante de cerca de 60 milhões de euros para auxiliar a reconstrução das áreas afectadas pelas inundações, bem como para acções de prevenção de catástrofes”.



## Acordo de Pescas com Marrocos: Arlindo Cunha critica o Conselho

O Deputado Arlindo Cunha criticou “a postura passiva do Conselho”, nas negociações do Acordo de Pescas com Marrocos.

Para Arlindo Cunha, “após ano e meio de negociações, a Comissão Europeia veio reconhecer a impossibilidade da conclusão de um novo acordo de pescas com Marrocos, o que prenuncia um fracasso e conseqüente ruptura das negociações políticas”.

Intervindo no debate no Plenário do Parlamento Europeu, Arlindo Cunha denunciou “a extrema inflexibilidade negocial de Marrocos. Compreende-se que Marrocos queira valorizar os seus recursos haliêuticos. Mas a vida dos povos e das suas relações económicas e políticas é feita de compromissos. A União Europeia tem assumido compromissos com Marrocos, abrindo os seus mercados a muitos dos seus produtos agrícolas (apesar do prejuízo que isso importa para muitos dos seus agricultores, especialmente os das zonas mediterrânicas da UE) e abrindo as portas a muitos milhões de cidadãos marroquinos que fizeram da UE a sua pátria. Daí que não se compreenda, acrescenta Arlindo Cunha, a falta de uma reciprocidade de atitudes por parte de Marrocos. Espero que a União Europeia retire desta história algumas conclusões, quer a respeito da cooperação futura e apoio ao desenvolvimento de Marrocos quer a respeito da sua política comum de pescas”.

Arlindo Cunha sublinhou “o esforço empenhado da Comissão, especialmente do Comissário Fischler, em contraste com a postura passiva do Conselho e das várias presidências da UE, entre as quais a do meu próprio país. Será porque o acordo servia apenas directamente os interesses de dois países - Espanha com mais de 450 barcos e Portugal com cerca de 40? Ou será que os Governos dos dois países não foram suficientemente contundentes para defender os seus interesses nacionais. No que respeita a Portugal, devo dizer que este fracasso é bem o contrário das vitórias políticas que costumam ser anunciadas em todas as negociações comunitárias e da influência que o nosso Primeiro Ministro e o nosso Ministro das Pescas dizem ter ao nível do Conselho”.





## PPE atribui medalha Schuman à viúva de Sakharov

O Grupo do Partido Popular Europeu no Parlamento Europeu **atribuiu a medalha Schuman a Elena Bonner**, viúva do Prémio Nobel da Paz Andreï Sakharov.

Ao entregar a medalha Schuman a Elena Bonner, o Presidente do Grupo do PPE, **Hans-Gert Poettering**, prestou homenagem à acção de Andreï Sakharov (falecido em 1989) e de Elena Bonner a favor dos Direitos do Homem.

*“Depois da morte do seu marido, declarou o Presidente do Grupo, a Senhora continuou a ‘recusar o inaceitável’ para retomar a expressão que ele utiliza nas suas memórias”.*

Após ter recordado a instituição pelo Parlamento Europeu do *“Prémio Sakharov para a liberdade de espírito”*, o Presidente Poettering constatou que *“os princípios de cooperação e de compreensão entre os povos propostos e aplicados por Schuman conservam toda a actualidade nos países da União Europeia. Se esses princípios fossem postos em prática na totalidade do continente europeu, as esperanças de Andreï Sakharov quanto ao futuro seriam em grande parte realizadas”.*

Elena Bonner agradeceu ao Grupo a confiança que este em si depositou ao atribuir-lhe a *medalha Schuman*, a ela *“que nunca fez política, limitando-se a viver da forma que lhe pareceu mais correcta”*. Elena Bonner falou dos três maiores problemas com que, na sua opinião, vive hoje a Rússia: a guerra, a ausência de liberdade de expressão e a intolerância. E lamentou ainda que o Ocidente não compreenda a ausência de democracia na Rússia e esteja tão mal informado sobre este país.

*“A resolução dos problemas da Rússia depende de todos vós, prosseguiu. Se fazemos parte da mesma família temos de ser muito honestos uns com os outros. Se a Europa não nos ajuda a ultrapassar o passado, a guerra na Chechenia e a ausência de liberdade no nosso país, seremos um perigo para nós próprios e para toda a Europa”.*



Portugal tem a maior taxa de inflação da UE — 5,1% em Março último quando em Março de 2000 tinha apenas 1,4% (*Comissão Europeia*)



No mesmo período a média dos 15 Estados-Membros da UE foi de 2,3% contra 1,9 em Março de 2000 (*Comissão Europeia*)

## Os Deputados do PSD

**José Pacheco Pereira**

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

**Vasco Graça Moura**

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

**Teresa Almeida Garret**

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

**Arlindo Cunha**

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

**Carlos Costa Neves**

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCostaNeves@europarl.eu.int

**Sérgio Marques**

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

**Jorge Moreira da Silva**

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

**Carlos Coelho**

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

**Regina Bastos**

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int

## CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luís Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551